

Ecofeminismos e a Marcha das Margaridas: o trabalho e as reivindicações das mulheres rurais contra a acumulação capitalista e o neoextrativismo

Ecofeminisms and the "March of the Daisies": the work and demands of rural women against the capitalist accumulation and the neoextractivism

• Nathália Gomes Navarra

RESUMO

Neste artigo, elaborado por pesquisa bibliográfica, tratar-se-á da relação entre mulheres, natureza e trabalho, a partir das importantes elaborações proporcionadas pelos “ecofeminismos”. Nessa direção, propõe-se a compreensão da resistência das mulheres, especialmente nos territórios comunitários e indígenas, à acumulação capitalista e ao neoextrativismo como parte das lutas socioambientais com fundamental importância na atualidade. Demonstrar-se-á como tais compreensões, reivindicações e resistências estão particularmente presentes no movimento da “Marcha das Margaridas”, que congrega diferentes mulheres rurais na luta contra o modelo de desenvolvimento imposto pelo capitalismo – e contra suas tecnologias extrativistas nocivas e patriarcais-, e na denúncia às práticas predatórias ao meio ambiente, que afetam desigual e incisivamente a vida das mulheres. A Marcha contribui, assim, para o fortalecimento e ampliação da organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais.

Palavras-chave

Ecofeminismos; Trabalhadoras rurais; Marcha das Margaridas.

ECOFEMINISMS AND THE "MARCH OF THE DAISIES": THE WORK AND DEMANDS OF RURAL WOMEN AGAINST THE CAPITALIST ACCUMULATION AND THE NEOEXTRATIVISM

ABSTRACT

This article – developed by bibliographical research - will delve into the relationship between women, nature, and work, drawing from the significant insights provided by "ecofeminisms." In this context, the aim is to understand women's resistance against capitalist accumulation and neo-extractivism, particularly in community and indigenous territories, as fundamental components of contemporary socio-environmental struggles. The article will demonstrate how these understandings, demands, and resistances are prominently

manifested in the "Marcha das Margaridas (March of the Daisies)." This movement unites diverse rural women in the fight against the development model imposed by capitalism, challenging its harmful and patriarchal extractivist technologies, and denouncing environmentally predatory practices that disproportionately and decisively impact women's lives. The March thus contributes to the strengthening and expansion of the organization, mobilization, and of the union and feminist training of rural women workers.

Keywords

Ecofeminisms; Rural women; "Marcha das Margaridas."

Introdução

Por meio deste artigo, elaborado com base na técnica de pesquisa bibliográfica, tratar-se-á da relação entre mulheres, natureza e trabalho, a partir das importantes elaborações proporcionadas pelos “ecofeminismos”. Nessa direção, propõe-se a compreensão da resistência das mulheres, especialmente nos territórios comunitários e indígenas, à acumulação capitalista e ao neoextrativismo como parte das lutas socioambientais com fundamental importância na atualidade.

Em seguida, demonstrar-se-á como tais compreensões, reivindicações e resistências estão particularmente presentes no Movimento da “Marcha das Margaridas”, que congrega diferentes mulheres rurais na luta contra o modelo de desenvolvimento imposto pelo capitalismo e contra suas tecnologias extrativistas nocivas e patriarcais, assim como na denúncia às práticas predatórias ao meio ambiente, que afetam desigual e incisivamente a vida das mulheres.

Nesse sentido, referida Marcha contribui para o fortalecimento e ampliação da organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais, atualizando sua pauta de negociações conforme as especificidades das “mulheres do campo, da floresta e das águas”, como se auto intitulam as Margaridas.

Ecofeminismos: contribuições teóricas para se pensar mulheres e natureza

Neste artigo, parte-se das contribuições proporcionadas pela corrente de pensamento e movimento social múltiplo denominado como ecofeminismo. Foi nos anos 70, a partir de visões diversas, que os ecofeminismos passaram a explorar os “encontros e sinergias entre ambientalismo e feminismo” (Herrero, 2013, p. 280, tradução livre¹). Trata-se tanto de uma filosofia quanto de uma prática ativista que defende que o modelo econômico e cultural ocidental se constituiu e se

¹ No original: “Nacido en los años 70, el ecofeminismo es una corriente de pensamiento y un movimiento social que explora los encuentros y sinergias entre ecologismo y feminismo” (Herrero, 2013, p. 280).

mantém pela colonização das mulheres, dos povos “estrangeiros e suas terras” e da natureza (Herrero, 2014, p. 8).

Nesse compasso, os ecofeminismos propõem um olhar crítico sobre o atual modelo social, econômico e cultural, valorizando elementos, práticas e sujeitos que, embora absolutamente cruciais para a existência humana, foram – e seguem sendo – considerados como inferiores pelo pensamento hegemônico (Herrero, 2013, p. 280).

Consoante Emma Siliprandi (2000, p. 61), o ecofeminismo é uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas desde a década de setenta e procura interconectar a dominação da natureza à dominação das mulheres. A autora cita como princípios que orientam o pensamento ecofeminista: (i) a denúncia da convergência do pensamento econômico ocidental hegemônico em enxergar as mulheres e a natureza como “recursos naturais” sem custos, a serviço da acumulação de capital; (ii) a reivindicação de que é especial interesse das mulheres acabar com a dominação da natureza, dado ser essa uma condição para própria libertação da mulher; (iii) a defesa de que as políticas científicas e tecnológicas que orientam o desenvolvimento econômico moderno não são neutras, mas, ao contrário, reforçam a visão da supremacia do cultural sobre o natural e do homem sobre a mulher (Siliprandi, 2000, p. 63).

Pormenorizando cada um desses princípios, no que diz respeito ao primeiro ponto, cita-se aqui as elaborações de um grupo de pensadoras ecofeministas alemãs – Maria Mies, Claudia von Werlhof e Veronika Bennholdt-Thomsen – as quais entenderam que a manipulação do trabalho das mulheres e a divisão sexual do trabalho desempenham um papel crucial no contexto mundial de acumulação capitalista. As autoras em comento partiram das compreensões de Rosa Luxemburgo sobre o imperialismo e o colonialismo, que evidenciam que o capitalismo sempre precisou de “ambientes e estratos não capitalistas” para a ampliação da força de trabalho² (Mies, 2022[1986], p. 95-96).

Mies (2022[1986], p.115), em particular, apontou a produção capitalista como um processo que compreende tanto a superexploração de trabalhadores não assalariados (mulheres, colônias, camponeses), quanto a exploração de trabalho assalariado – essa última só possível devido à primeira³.

² Gustavo F. T. Prieto (2017, p. 815) destaca que, nessa dinâmica, Rosa Luxemburgo “separa a produção da reprodução do capital, colocando a acumulação originária não como um momento específico e determinado da geografia histórica do capitalismo, mas como um processo imanente e constitutivo da (re)produção contraditória do capital que se realiza como produção de relações não capitalistas dialeticamente articuladas ao capitalismo”.

³ Retomando o estudo de Luxemburgo sobre o imperialismo, Mies reinterpreta a acumulação originária e formula uma analogia entre a violência exercida sobre os corpos das mulheres e aquela exercida sobre os territórios coloniais. Ademais, identifica outras relações de produção não assalariadas, particularmente a do trabalho doméstico e a do trabalho de subsistência nas colônias como fundamentais para a relação de trabalho assalariado do trabalhador (Ouviaña, 2016, p. 66).

Dessa análise, a partir da verificação dos âmbitos invisíveis não remunerados ou mal remunerados e vitais para a acumulação do capital – entre os quais se incluem o trabalho de pequenos agricultores de subsistência, os trabalhadores precarizados de ambos os sexos e também os recursos da natureza, fonte gratuita e infinitamente explorável-as autoras em comento propuseram o conceito de “dona de casificação” do trabalho, que corresponde à reprodução gratuita da força de trabalho pelo trabalho doméstico privado, assim como ao trabalho precarizado na produção, sobretudo das mulheres (Loureiro, 2022, p. XIV).

Nesse âmbito, os processos de colonização e dona de casificação estariam intrinsecamente relacionados, vez que a conquista e exploração das colônias a partir do século XVI constituiu a base para a acumulação de capital na Europa, em que a destruição da autonomia das mulheres sobre seus corpos e sua vida durante os pogroms das bruxas foi elemento essencial⁴ (Mies, 2022[1986], p. 45).

Em “O Ponto Zero da Revolução”, Federici (2019, p. 212) demonstra como, na atualidade, os fenômenos de maquilização da produção, liberalização das importações e privatização de terras incidem fortemente sobre o “Sul Global”, ocasionando a contínua destruição das economias de subsistência ao separar os produtores dos seus meios de subsistência e fazer com que milhões se tornem dependentes de rendimentos monetários, até mesmo quando não conseguem um trabalho assalariado. Por tais processos, a classe capitalista renova o processo de acumulação e corta custos da produção do trabalho.

A autora denuncia como os programas de ajuste estrutural, embora promovidos sob a justificativa de promoção da recuperação econômica são responsáveis pela destruição da subsistência das mulheres, tornando impossível a reprodução de sua família e de si mesmas. Tendo como um dos principais objetivos a modernização da agricultura (ou seja, sua reorganização em uma base comercial e de exportação), “mais terra é direcionada para o cultivo comercial e mais mulheres - as principais agricultoras de subsistência no mundo – são deslocadas” (Federici, 2019, p. 186).

Além disso, no contexto do neoliberalismo, “os efeitos mais fortes da desregulação imposta pelos programas de ajuste estrutural, condicionantes para a América Latina nos anos da crise da dívida externa, recaíram sobre as mulheres”: elas tiveram de se encarregar da geração de autoemprego e de se submeter a condições de desigualdade no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que a alimentação familiar se converteu em uma tarefa cada vez mais complexa. Dessa maneira, as mulheres assumiram uma carga tripla nesse novo ciclo de empobrecimento feminino e feminização da pobreza, ancorado nas economias de subsistência (Barragán *et al.*, 2016, p.98-99).

⁴ Em “Calibã e a Bruxa”, Silvia Federici (2017, p. 145) evidencia como esse processo foi responsável pelo desaparecimento da economia de subsistência, antes predominante na Europa pré-capitalista, o que fez com que a unidade entre produção e reprodução e o sistema baseado na “produção-para-o-uso” se transformassem em regime monetário, no qual apenas a “produção-para-o-mercado” era definida como atividade criadora de valor.

Por conseguinte, as economias populares fortemente feminizadas se encontram em permanente conflito com os alicerces do padrão da civilização capitalista e se negam a aceitá-lo, “seja porque é um modelo de sociedade que as exclui; seja, principalmente, porque é um arquétipo de sociedade com outro paradigma de sociabilidade e de relações sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais”, como explica Gema G. S. L. Esmeraldo (2019, p. 40).

No que se refere ao segundo princípio mencionado- a reivindicação de que é especial interesse das mulheres acabar com a dominação da natureza, dado ser essa uma condição para própria libertação da mulher, essencial trazer à luz a diferenciação entre duas correntes ecofeministas: a essencialista e a construtivista.

A primeira corrente “propõe uma interpretação vinculada ao ser mulher, à maternidade e ao paradigma do cuidado com a natureza”, apoiando-se na qualidade da identidade feminina “cuidadora” da relação entre humanos e natureza (Beltrán, 2019, p. 136; 137). Apresentando tal discussão, Siliprandi (2000, p. 69) se contrapõe à visão essencialista segundo a qual “as mulheres seriam depositárias de um “princípio feminino” dado por sua condição de mães, que as identificaria com a Natureza, com a fertilidade, com a criação, e, portanto, teriam um lugar privilegiado na luta ecológica”.

O essencialismo recebe críticas por “uniformizar todos os possíveis comportamentos humanos, masculinos e femininos, definindo-os previamente, de forma a-histórica”, assim como por, ao aceitar a existência e valorizar as características ditas “femininas”, reforçar “justamente o que a cultura ocidental sempre utilizou como base para a opressão das mulheres e sua segregação ao mundo privado” (Siliprandi, 2015, p. 69).

Dessa análise, coaduna-se aqui com seguinte entendimento da autora:

Não é por terem nascido mulheres, no sentido essencialista do termo, que elas têm a contribuir na discussão de propostas. É porque se tornaram mulheres – e estão inseridas socialmente em atividades específicas, porque têm pontos de vista historicamente e socialmente construídos, que podem oferecer visões sobre o desenvolvimento social que o pensamento e a prática masculinas não são capazes de abarcar (Siliprandi, 2000, p. 70).

Conforme Beltrán (2019, p. 136), nessa perspectiva, o ecofeminismo de corrente construtivista⁵- aqui tomado como marco teórico - defende “que a relação mulheres-natureza se sustenta em uma construção histórico-social que passa pela atribuição de papéis que redundam na

⁵Essa compreensão, entretanto, não impede que se reconheça as contribuições do ecofeminismo de Vandana Shiva, o qual, embora com viés essencialista (ver Beltrán, 2019, p. 137; Siliprandi, 2000, p. 64), pode auxiliar, entre outras questões, na “compreensão da articulação estrutural entre sistema financeiro, expropriação da natureza e patriarcado”, conforme destacado por Beltrán (2019, p. 137).

divisão sexual do trabalho e na distribuição do poder e da propriedade”.

Inseridas nessa compreensão, Federici (2022, p. 201-202) cita as contribuições do “Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo” (2014), destacando que as mulheres assumem papel central nas lutas sociais justamente por serem “as mais afetadas pela expropriação e pela degradação ambiental, sofrendo diretamente as consequências das políticas públicas em seu cotidiano”. Por isso, “estão na linha de frente contra as corporações transnacionais de mineração e do agronegócio, que invadem as áreas rurais e devastam o meio ambiente”⁶.

Tal chave de leitura permite que a luta das mulheres rurais da atualidade seja compreendida com destaque ao papel dessas mulheres nas seguintes ações:

potencializam a relação e vínculos mais fortes entre produção e reprodução;constituem-se numa conexão de parceria com a natureza, e consideram a água, a terra como bens comuns, que não podem ser destruídos; denunciam os limites da exploração dos recursos ambientais e em consequência, o próprio limite de expansão do capitalismo; produzem, na experimentação e experiência cotidiana,conhecimentos e tecnologias acessíveis e apropriadas ao meio ambiente; organizam-se de forma autônoma com expressões de liberdade e ação democrática (Esmeraldo, 2019, p. 53).

Nesse contexto, as lutas das mulheres rurais denunciam violências múltiplas (no próprio corpo e nos locais de moradia, trabalho e vida em seus territórios),expondo as formas perversas de eliminação de modos de produção e reprodução da vida. Ademais, defendem a soberania e a “segurança alimentar com propostas alternativas ao modelo de produção do agronegócio de base capitalista” (Esmeraldo, 2019, p. 55), que, por sua vez, é baseado na privatização dos bens comuns, em transgênicos e agrotóxicos, no cercamento de terras produtivas, na apropriação dos recursos ambientais e na introdução de “expressões de produção e de consumo alimentar que destroem sua cultura alimentar” (Esmeraldo, 2019, p. 55).

Por fim, no que se refere ao terceiro princípio citado, os ecofeminismos questionam o paradigma reducionista ou mecânico da ciência moderna, pois esse teria reduzido a capacidade dos seres humanos de conhecerem a natureza tanto pela exclusão de outros sujeitos e maneiras de se conhecer, como pela manipulação da natureza como algo inerte e fragmentado, o que reduziu a capacidade de regeneração criativa e renovação dessa, conforme explica Vandana Shiva (2014[1993]b, p. 22; 23).

Tal reducionismo possui características que o distinguem de todos os outros sistemas de

⁶ Entre tais ações, Federici (2022, p. 202; 204-205; 207) destaca como lutas encampadas pelas mulheres pela terra e pelo bem comum na América Latina: a luta em defesa da água e contra a extração petrolífera na região amazônica; a luta das mulheres zapatistas; a criação de espaços femininos autônomos pelas mulheres indígenas; e o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil.

conhecimento por ele subjugados e substituídos: suas premissas ontológicas e epistemológicas se baseiam na uniformidade, compreendendo os sistemas como compostos pelos mesmos elementos básicos e atomísticos e percebendo todos os processos básicos como mecânicos; esses últimos, por sua vez, baseados na divisibilidade e manipulabilidade. Outrossim, tais premissas epistemológicas se relacionam com as ontológicas, vez que a uniformidade possibilita que partes do sistema sejam tomadas como conhecimentos de uma totalidade; e a divisibilidade permite a abstração de conhecimentos independente de seu contexto, criando critérios de validade baseados na alienação e na não participação – tida como “objetividade”. Os especialistas tornam-se os únicos produtores legítimos de conhecimento (Shiva 2014[1993]b, p. 23; 24).

O reducionismo apontado por Shiva atende a interesses específicos de uma forma de organização econômica e política particular: “a visão reducionista de mundo, a revolução industrial e a economia capitalista são os componentes filosóficos, tecnológicos e econômicos de um mesmo processo”⁷ (Shiva, 2014[1993]b, p. 24). Decorre daí a crise ecológica pela colonização das fontes de regeneração que renovam a vida: tais ciclos são quebrados e transformados em fluxos lineares de matérias-primas e mercadorias. Por essa lógica, “os sistemas autossustentáveis e autorregenerativos foram reduzidos a matérias-primas e sistemas de consumo foram elevados a sistemas “produtivos” que fornecem mercadorias a consumidores”⁸ (Shiva, 2014[1993]b, p. 33).

Contrariamente a tal reducionismo, o “feminismo ecológico” localiza a produção e o consumo no contexto da regeneração, possibilitando que se enxergue o mundo como um sujeito ativo, e não apenas como um recurso a ser apropriado. Expondo a destruição inerente àquilo que o capitalismo patriarcal definiu como “produtivo”, problematiza o conceito, criando novos espaços de percepção e experiência criativa (Shiva, 2014[1993]b, p. 33-34).

Nesse sentido, Mies (2014[1993], p. 38) elenca diretrizes metodológicas para a pesquisa feminista, propondo que: (i) no lugar do postulado da pesquisa desprovida de valores, da neutralidade e indiferença em relação aos objetos de estudo, seja empreendida uma parcialidade consciente, por meio da identificação parcial com o objeto⁹. Uma segunda diretriz diz respeito a uma consequência direta dessa parcialidade consciente e da reciprocidade: (ii) a substituição de uma “visão desde cima” por uma “visão desde abaixo”, pela qual a pesquisa se atenta aos interesses dos grupos dominados, explorados e oprimidos.

⁷ No original: “The reductionist world-view, the industrial revolution and the capitalist economy are the philosophical, technological and economic components of the same process” (Shiva, 2014[1993]b, p. 24).

⁸ No original: “The self-provisioning, self-regenerative systems have been reduced into 'raw' material, and consuming systems have been elevated into 'production' systems which supply commodities to consumers” (Shiva, 2014[1993]b, p. 33).

⁹ Tal parcialidade consciente não se resume a um subjetivismo ou simples empatia, mas cria uma distância crítica entre o(a) pesquisador(a) e o objeto, permitindo a correção de distorções de percepção e ampliando a consciência de ambos (Mies, 2014[1993], p. 38).

Outros elementos propostos por Mies (2014[1993], p. 39; 40; 41) envolvem: (iii) a participação ativa nas ações, movimentos e lutas pela emancipação das mulheres, das quais a pesquisa se torna parte integral; o que implica que (iv) o ponto inicial da investigação científica é a mudança do *status quo*; e que (v) o processo de pesquisa deve se tornar um processo de conscientização tanto para os cientistas sociais quanto para os “objetos de estudo”¹⁰.

Por meio das chaves metodológicas propostas, amparadas em um paradigma não reducionista e não mecanicista, torna-se possível verificar a importância de modos de conhecimento, saberes e práticas distintos dos daqueles propostos pela civilização capitalista, industrial, moderna e ocidental¹¹ – práticas diametralmente contrárias à acumulação capitalista e ao neoextrativismo.

Nesse caminho, como apontado por Shiva (2014[1993] a, p. 165), as economias de muitas comunidades do “Terceiro Mundo” dependem de recursos biológicos para seus sustento e bem-estar, de modo que tomam a biodiversidade tanto como meio de produção quanto como objeto de consumo. Nessa lida, a sobrevivência e o modo de subsistência estão intrinsicamente ligados à conservação e ao uso sustentável da diversidade de recursos biológicos. Entretanto, suas tecnologias baseadas na biodiversidade são vistas como “primitivas” e “atrasadas” e substituídas por tecnologias tidas como “avançadas”, que destroem a diversidade e os modos de subsistência desses povos.

Conforme explica a autora, há uma incompreensão geral de que sistemas baseados na diversidade seriam sistemas de baixa produtividade, quando, na realidade, a alta produtividade de sistemas uniformes e homogêneos é uma categoria que foi contextual e teoricamente construída, levando-se em consideração apenas rendimentos e resultados unidimensionais. Logo, essa ideia equivocada não se trata de uma medida neutra e científica, mas uma defesa de interesses comerciais, que possuem tal resultado unidimensional como imperativo (Shiva, 2014[1993]a, p. 165).

O campesinato e os modos comunitários de produção – com suas relações comunais, coletivas e comunitárias com a terra – consistem, conseqüentemente, em verdadeiros empecilhos para a constituição da plenitude das relações capitalistas. Tais “empecilhos” são desobstruídos pelo capital por meio da expropriação direta ou sob o intermédio do Estado, das guerras e do extermínio

¹⁰ Mies (2014[1993], p. 42) adiciona ainda dois pontos: (vi) a conscientização coletiva das mulheres por uma metodologia de formulação de problemas deve ser acompanhada pelo estudo de sua história individual e social; (vii) as experiências das mulheres devem ser coletivizadas para superação do individualismo e competitividade prevalentes no meio acadêmico masculino.

¹¹ A civilização capitalista, industrial, moderna e ocidental é uma chave de leitura que permite compreender o colapso ecológico planetário como dimensão de uma crise de espectro totalizante, própria desse modo de vida específico, como explicam Gustavo Seferian e Carol M. Brasileiro (2020, p. 297). Consoante Michael Lowy (2013, p. 79-80), a crise econômica e a crise ecológica são aspectos intrinsicamente interligados à crise da civilização capitalista industrial moderna: “resultam do mesmo fenômeno: um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria, e que não conhece outro critério que não seja a expansão dos negócios e a acumulação de lucros”.

em massa, do endividamento, das formas de arrendamento, de estratégias fundiárias ilegais e/ou ilegítimas (grilagem, delimitações fundiárias, “confinamento” territorial) e das formas de sujeição da produção agrária camponesa e indígena (Prieto, 2017, p. 825).

A produção de subsistência das mulheres no campo se contrapõe, nessa seara, à tendência do agronegócio de reduzir as terras cultiváveis, essa uma das principais causas do alto preço dos alimentos e da fome. Além disso, assegura certo controle sobre a qualidade dos alimentos produzidos contra a manipulação genética das culturas e a intoxicação por pesticidas. Desse modo, a produção de subsistência das mulheres ao redor do mundo representa uma forma mais segura de agricultura, resistindo aos danos causados pelo uso de pesticidas nas culturas agrícolas, os quais geram altas taxas de mortalidade e doenças (Federici, 2019, p. 301).

Como evidenciado, embora a tentativa sistemática das potências coloniais de destruir os sistemas femininos de agricultura persista, “as mulheres hoje constituem a maior parte dos trabalhadores agrícolas do planeta e estão na vanguarda da luta por um uso não capitalista dos recursos naturais (terra, florestas e águas)”. Ante o exposto, pela defesa da agricultura de subsistência e do acesso comunal à terra, assim como pela oposição à expropriação, as mulheres internacionalmente abrem caminho para uma nova sociedade não exploradora (Federici, 2019, p. 277).

A resistência do campesinato se realiza, especialmente, por intermédio da luta pela manutenção da existência, por formas de enfrentamento direto contra processos de “proletarização” e “europeização” e sua recriação se efetiva na permanência insubordinada e potencialmente anticapitalista em seus territórios habitados ancestralmente. Desse modo, “o campesinato se recria como classe social capitalista e os múltiplos modos comunitários de produção se reproduzem simultaneamente na sociedade capitalista, processos que se realizam com tensões, conflitos e resistências” (Prieto, 2017, p. 817).

Historicamente expropriados e considerados economias “atrasadas”, os territórios indígenas e comunitários formam hoje espaços de alianças feministas, pelos quais denunciam os megaprojetos extrativistas e o agronegócio. Opondo-se às dinâmicas extrativistas do capital por meio de alianças, lutas e redes para resistir a esses avanços neocoloniais e expulsá-los, produzem uma reapropriação de recursos e memórias. Atualizam também a dimensão anticolonial do internacionalismo feminista, assumindo o antirracismo (Gago, 2020, p. 222). Por todo o exposto, tais territórios opõem-se à acumulação capitalista e ao neoextrativismo.

Como defende Esmeraldo (2019, p. 40):

As mulheres agricultoras, camponesas, pescadoras, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhas, e tantas outras do Brasil e do continente latino americano, que vivem em contato direto com a natureza; que produzem

alimentos em bases agroecológicas; que são as principais responsáveis pela reprodução familiar; que são guardiãs das sementes crioulas estão a construir outro mundo possível.

No próximo tópico, apresentar-se-á a Marcha das Margaridas como um dos principais movimentos de mulheres que encampam tais lutas no Brasil, conforme se demonstrará a seguir. A experiência dessas mulheres do Sul global situa questões e problemas das relações humanas com o meio ambiente como parte de uma agenda feminista de abordagem ecofeminista, vez que, embora não se autodenominem dessa forma, “a literatura ecofeminista auxilia a perceber que a intersecção entre questões de gênero e ambientais são centrais no fazer e pensar feminista das mulheres que integram a Marcha das Margaridas”, consoante defende Tânia A. Kuhnen(2020, p. 127).

Os movimentos de mulheres e as pautas socioambientais: a Marcha das Margaridas

Inicialmente, cabe destacar que o surgimento dos movimentos de mulheres rurais no Brasil remonta à década de oitenta, sendo as primeiras manifestações relacionadas ao direito à sindicalização de forma independente aos homens (pais, irmãos e maridos) e ao reconhecimento da profissão enquanto agricultoras, juntamente aos direitos decorrentes desse reconhecimento. Nesse contexto, a organização das mulheres em grupos recebia o apoio de setores das igrejas progressistas, inserida na proposta de disseminação das Comunidades Eclesiais de Base¹² (Siliprandi, 2013, p. 332).

Nessa conjuntura,

Mobilizaram-se para ter acesso à terra nos assentamentos de reforma agrária (em conjunto com os companheiros ou sozinhas – no caso das mulheres chefes de família) para que constasse em seus documentos que eram trabalhadoras rurais ou agricultoras (ao invés de “donas de casa” ou “domésticas”) e para exercer seus direitos sociais, previdenciários e sindicais (de participação como sócias e dirigentes das agremiações) (Siliprandi, 2013, p. 332-333).¹³

¹² Grupos ligados à Teologia da Libertação - como Pastoral da Juventude, a Pastoral da Terra e as Comunidades Eclesiais de Base - funcionavam, nesse contexto, como “ponte” e formação para “a participação em outros movimentos, como o sindical, o de luta pela terra, o movimento de mulheres, os partidos políticos”, constituindo-se enquanto “espaços de conscientização e de mobilização para o engajamento nas lutas sociais rurais” (Siliprandi, 2015, p. 185-186).

¹³ Nessa época, o processo de mobilização para influenciar a Assembleia Nacional Constituinte, com marchas a Brasília e abaixo-assinados, resultou em importantes conquistas na Constituição de 1988: “a menção explícita ao direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias da previdência social na condição de seguradas especiais, conquistando o direito à aposentadoria, à licença-saúde e à licença-maternidade”. Tais direitos engendraram diversas mobilizações nos anos seguintes por sua regulamentação e garantia da efetivação (Siliprandi, 2013, p. 333).

Tensões no interior dos movimentos mistos – em função da não priorização dos problemas apontados pelas mulheres, assim como a existência de especificidades regionais – fizeram com que parte das lideranças femininas decidisse formar movimentos autônomos ao longo da década, entre os quais, os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) ou de Agricultoras (MMAs); a Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste; e, posteriormente, diversas organizações de representações específicas, como pescadoras, indígenas e quilombolas (Siliprandi, 2013, p. 333).

Assim, durante a década de 1980, ampliam-se as organizações políticas das mulheres, e, devido à grande extensão territorial brasileira, pode-se observar a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural que atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região (Aguiar, 2015, p. 68).

Outrossim, as mulheres rurais começaram a participar ativamente da construção de espaços como “associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, pesca e artesanais”, contribuindo ainda na formação das “redes de economia solidária e produção agroecológica”. Ademais, parte expressiva das militantes seguiu contribuindo nas organizações mistas, em especial na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)¹⁴, onde disputam internamente espaços para as suas reivindicações, propondo a adoção de medidas que ampliem sua participação e seu poder nas instâncias de decisão dos movimentos¹⁵ (Siliprandi, 2013, p. 333-334).

Nesse contexto, Elizabeth Teixeira e Margarida Alves são duas mulheres que se tornaram referência para o movimento de mulheres, devido à instauração de uma outra forma de representação das mulheres na política no momento em que emergiam as primeiras organizações do movimento de mulheres rurais, como destaca Andrea L. B. Zarzar (2017, p. 90). A tais lideranças é atribuída “uma ruptura na percepção da atuação das mulheres no espaço público e no movimento sindical, em particular” (Zarzar, 2017, p. 91).

Elizabeth Teixeira representa a ruptura e a quebra de padrões sociais impostos às mulheres do meio rural de sua época. Sua história está imbricada à história das Ligas Camponesas, assim como à história de João Pedro Teixeira, líder camponês de quem ficou viúva. O casal integrou a primeira Liga de Sapé, na Paraíba. Além de sofrer perseguições locais, a ditadura militar ocasionou

¹⁴ Na Contag, foi criada a Comissão Nacional da Trabalhadora Rural em 1991 e, no MST, o Setor de Gênero, em 1996 (Siliprandi, 2013, p. 334).

¹⁵ O que se dá, por exemplo, por meio de “cotas, atividades de formação específicas para mulheres, combate às discriminações e à violência dentro das entidades, debates sobre as relações de gênero, criação de creches para o cuidado dos filhos, entre outras propostas” (Siliprandi, 2013, p. 333-334).

inúmeras atrocidades em sua vida: depois de ficar presa por 4 meses, ela se exilou em seu próprio país, separando-se dos filhos por 17 anos. A morte do marido – que a deixou viúva com 11 filhos(as) – tornou-se para ela um juramento pelo qual se comprometeu a continuar sua luta a qualquer custo (Silva, 2017, p. 9-10).

Com a estreia do filme “Cabra marcado pra morrer”, inspirado em sua história, Elizabeth pode falar publicamente sobre as marcas da violência e sobre sua própria vida, a do marido e a dos filhos. As marcas das lutas contra o latifúndio e sua coragem e combatividade frente a tais violações a transformaram em “um exemplo de coragem e de luta pelo ideal da reforma agrária, dos direitos e da liberdade” e em uma importante “referência para as mulheres e para as lutas sociais no campo” (Silva, 2017, p. 11).

Margarida Maria Alves, por sua vez, foi uma das fundadoras do “Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU)”. Sua dedicação ao trabalho foi evidenciada nas atividades que realizava na roça, nos contatos e confrontos permanentes que travava com o latifúndio e nas lutas que empreendia em defesa dos direitos trabalhistas (Silva, 2017, p. 11-12). Ocupando a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, Margarida Alves representava não só a demanda das mulheres por uma participação e representação política igualitária, como a luta pela reforma agrária combinada à denúncia da violência no campo (Zarzar, 2017, p. 91). No período em que “esteve à frente do sindicato, mais de 600 ações trabalhistas foram movidas contra usineiros e donos de engenhos na região da Paraíba, a grande maioria com parecer favorável aos(as) trabalhadores(as) rurais, o que provocou a ira dos latifundiários”. Por isso, Margarida sofria “ameaças de morte e atentados contra a sua integridade física e contra a sua vida”, que acabaram por culminar em seu assassinato, em agosto de 1983, em frente do marido e do filho. Desde então, seu nome se tornou “referência de luta para os movimentos sociais do campo e de mulheres” (Silva, 2017, p. 12). Assim, “tornou-se, após a sua morte, símbolo do envolvimento das mulheres na luta dos trabalhadores rurais”, conhecida por sua frase “Da luta eu não fujo”, pronunciada pouco tempo antes de morrer (Siliprandi, 2015, p. 112).

Como aponta Berenice G. da Silva (2021, p. 66), com tais exemplos e “inseridas nos movimentos sociais do campo, as trabalhadoras rurais intensificam suas reivindicações ao Estado brasileiro, na década de noventa e deram maior visibilidade à ação política feminista”, que se conectava à rede feminista internacional a partir do final dessa década. Nesse período, “os movimentos de caráter feminista se multiplicaram, se expandiram nas camadas populares e também se consolidaram como um campo científico”, inclusive a partir da estratégia adotada pelos movimentos sociais e populares de atuar em redes de movimentos, caravanas e marchas.

Para Siliprandi (2013, p. 334), foi na primeira década dos anos 2000 que “as agricultoras

apareceram publicamente pela primeira vez, como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando também o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas e exigindo tratamento diferenciado da parte da sociedade e do Estado”.

Nesse período, a luta pela terra representada por Margarida Alves foi reafirmada pelas mulheres como bandeira prioritária por meio de uma grande mobilização para garantir que não prescrevesse o crime cometido contra ela: houve vigília durante o julgamento do seu assassino e uma intensa mobilização nos estados com a formação de comitês. A partir dessa trajetória de lutas, o sindicalismo rural e uma parte dos movimentos autônomos de mulheres passaram a nomear a unificação das suas mobilizações como “Marcha das Margaridas” (Zarzar, 2017, p. 91).

Em entrevista concedida a Vilênia P. Aguiar (2015, p. 4; 102), Raimunda Mascena (2010) – figura decisiva na articulação da coordenação da primeira Marcha das Margaridas e uma das coordenadoras da segunda Marcha – explica o símbolo adquirido pela homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves:

[...] haveria uma marcha e o nome da marcha seria Margarida, Marcha das Margaridas. A ideia é: morreu uma Margarida, mas nasceram tantas outras, nasce daí a ideia das margaridas. Vocês mataram uma, mas nasceram milhares de margaridas que já não é uma só, agora já são muitas¹⁶, mostrando o que é que nós queremos, nós queremos lutar pelo que Margarida também lutava, Margarida lutava pela vida dos povos, principalmente da população daquelas pessoas pobres, desgraçadas, que viviam nas usinas, na cana, no corte da cana e por aí vai... (Mascena, 2010 apud Aguiar, 2015, p. 102).

Nessa conjuntura, na primeira década dos anos 2000, foram organizadas - por um conjunto de organizações coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da Contag¹⁷ - marchas das Margaridas em 2000, 2003 e 2007. Ademais, grandes manifestações da Via Campesina foram articuladas nas comemorações do 8 de março. Houve, como consequência, um “aprofundamento da discussão das relações de gênero e do seu papel dentro das famílias e na sociedade, reivindicando mudanças na divisão do trabalho, questionando sua falta de poder em casa e denunciando a violência de gênero” (Siliprandi, 2013, p. 334).

¹⁶ Conforme se intitulam na Pauta da Marcha em 2023: “Nós, Margaridas, somos muitas em uma: mulheres da classe trabalhadora, mulheres rurais, jovens, negras, lésbicas, trans, agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, acampadas, sem-terra, assalariadas rurais, extrativistas, quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, apanhadoras de flores, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, coletoras, caiçaras, faxinalenses, sertanejas, vazanteiras, retireiras, caatingueiras, criadoras em fundos de pasto, raizeiras, benzedeadas, geraizeiras, entre tantas outras representadas pela CONTAG e pelo conjunto das organizações parceiras que compõem a Marcha das Margaridas” (Marcha das Margaridas, 2023e, p. 4),

¹⁷ Mais precisamente, a organização da Marcha surgiu de uma articulação entre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (Fuini; Gonçalves, 2023, p. 300). Destaca-se ainda, na realização da primeira marcha, “a influência direta de uma Marcha Mundial de Mulheres, realizada em Quebec, no Canadá, em 1999, com o tema Pão e Rosas”, na qual se “denunciava o impacto do neoliberalismo na vida das mulheres” (Silva; Silva, 2020, p. 308).

A Marcha pode ser considerada, conforme Silva (2008, p. 152), “um movimento articulado em redes que se configura como uma ação coletiva, inovadora e insurgente protagonizada por mulheres trabalhadoras rurais”¹⁸. Na construção de sua identidade política, visando a um projeto comum, as mulheres trabalhadoras rurais constroem uma luta integrada em que se imbricam questões objetivas – “voltadas para a melhoria das condições de vida no campo” - e questões subjetivas – relacionadas “às relações humanas manifestadas nos sentimentos, experiências e saberes apreendidos no cotidiano de vida” dessas mulheres(Silva, 2008, p. 152).

As principais reivindicações da Marcha incluem, como eixos centrais, o tripé de um novo modelo de agricultura: “terra, agroecologia e água” - temas associados à defesa dos bens comuns e do feminismo (Zarzar, 2017, p. 204).Articulando as dimensões local, nacional e internacional em uma unidade de ação, de práticas e de projetos, a Marcha tem como protagonistas “as mulheres trabalhadoras rurais que se identificam como mulheres do campo, das águas e das florestas”. Entre a dimensão ampla de suas lutas e de sua composição social, a defesa do meio ambiente assume centralidade na denúncia da ação do capital no campo, nas reivindicações de melhoria da produção agrícola e na prática de proteção da natureza que a orienta (Silva; Silva, 2020, p. 308).

A primeira Marcha das Margaridas teve como lema “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, cujos eixos de discussão incluíram temas como terra, trabalho, direitos sociais, autodeterminação e soberania. Para além de apresentarem um diagnóstico da situação em que viviam no campo e as conseqüências específicas na vida das mulheres, criticavam o neoliberalismo representado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, voltado aos interesses de empresas transnacionais e do capital financeiro (Silva, 2008, p. 89). Nas edições seguintes, Silva (2008, p. 99) elenca como temas:

Em 2003, os temas foram salário mínimo, água, terra, saúde e o fim das violências sexistas. A versão de 2007 teve como lema: “Construindo 2007 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, com as seguintes temáticas: terra, água e agroecologia; segurança alimentar e nutricional e a construção da soberania alimentar; trabalho, renda e economia solidária, garantia de emprego e melhores condições de vida e trabalho das assalariadas; política de valorização do salário mínimo.

Entre a primeira e a segunda marcha, o intervalo era de 3 anos e, a partir da terceira, o intervalo entre as marchas passou a ser de 4 anos (Silva, 2021, p. 110). Em sequência, a Marcha de 2011 apresentou como lema “2011 razões para marchar – por Desenvolvimento Sustentável, por

¹⁸ A Marcha não é, desse modo, um protesto pontual, mas sim “uma mobilização que envolve um processo de construção política permanente”, cujo encontro em Brasília – para marchar e interpelar o Estado – consiste na “culminação de um longo processo que envolve ações de reprodução social” e uma “política de alianças com outros atores, organização, mobilização e formação” (Teixeira, 2021, p.9).

Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” (Silva, 2021, p. 123).

Na Marcha de 2015, as Margaridas passaram a debater e a incluir a agroecologia¹⁹ como princípio – identificada em questões como a soberania e a segurança alimentar e nutricional, no “Programa de Aquisição de Alimentos (PPA)” e nas ações do “Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica p Brasil Agroecológico” do ano anterior, cuja elaboração e monitoramento estavam diretamente ligados às mulheres (Silva, 2021, p. 124). Ademais, foi acrescido à marcha o tema da democracia, em resposta à ameaça de retrocessos democráticos existentes no momento, quando se discutia o processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff (Teixeira *et al.*, 2021, p. 5).

Em 2019²⁰, o lema foi “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”, conferindo centralidade a tais reivindicações frente aos retrocessos políticos experienciados no país nos anos recentes e “às ameaças de desmonte das conquistas das décadas passadas anunciadas pelas ações do governo de Jair Bolsonaro” (Teixeira *et al.*, 2021, p. 2; 5).

A 7ª Marcha das Margaridas, em 2023, trouxe o lema: “Pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver” (Marcha das Margaridas, 2023e, p. 4). Nascido da experiência de vida coletiva de alguns povos e nacionalidades indígenas, o Bem Viver “expressa suas formas de organização social e do viver coletivo, e as práticas políticas”, ensinando a construção de “relações de solidariedade e coletividade por meio de valores e princípios comuns”. Embora sejam distintas as definições do conceito e as maneiras de vivenciá-lo, em comum, propõe-se “a integralidade do mundo e uma vivência em harmonia com a natureza, envolvendo o cuidado e a proteção da Mãe Terra, geradora da vida” (Marcha das Margaridas, 2023a, p.10). Conforme definição de Alberto Acosta (2016, p. 23-24), o Bem Viver²¹ é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de

¹⁹ Conforme Siliprandi (2015, p. 81-82), a agroecologia pode ser definida “como um conjunto de disciplinas científicas por meio das quais é possível analisar e atuar sobre os agroecossistemas, de forma a permitir a implantação de estilos de agricultura com maior nível de sustentabilidade”. Tais processos não se limitam à substituição tecnológica ou de insumos, mas questionam os métodos de cultivo e de criação animal, os objetivos finais da produção moderna e as próprias formas de organização social, econômica e política que originaram e sustentam esse tipo de produção. No “Caderno 10 -Vida Saudável com Agroecologia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, o movimento sob análise define a agroecologia como “um modo de vida baseado na construção de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais mais justas, gerando não só alimentos saudáveis, mas também relações de unidade e respeito entre as pessoas e todos os seres do planeta” e como um modo de vida que “depende do acesso à terra, ao território e à água, e das práticas de respeito e cuidado com a biodiversidade e os bens comuns” (Marcha das Margaridas, 2023c, p. 6).

²⁰ Nesse ano, foi realizada uma aliança entre a “Marcha das Margaridas” e a “Marcha das Mulheres Indígenas”, que contou com diversos eventos como atos simbólicos, entre os quais “uma sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem às duas Marchas; na abertura política da Marcha das Margaridas; e nos protestos de rua” (Teixeira, 2021, p. 7).

²¹ Em nota à obra de Acosta, Tadeu Breda, tradutor para o português, explica que “Bom Viver” é a tradução que mais respeita o termo *Buen Vivir* e o termo em *kíchwa* (língua da qual nasceu o conceito em versão equatoriana), devido à natureza de adjetivo de “bom”. Contudo, dado uma escolha política, o termo é traduzido para Bem Viver, respeitando-

povos que vivem em harmonia com a natureza, que ganha força na América Latina, apresentando caminhos para uma transformação civilizatória por meio de mobilizações e rebeliões populares.

O Bem Viver que inspira as Margaridas, conforme cartilha do próprio movimento, parte do fundamento de os seres humanos existem em comunidade como parte da Natureza. Opõe-se, nesse sentido, a um “modelo de desenvolvimento que considera a terra e a natureza apenas como recursos para a produção de mercadorias”, promovendo a concentração de bens e riqueza e gerando conflitos e violências, em benefício do agronegócio, dos monocultivos, dos grandes projetos, da exploração mineral de “tudo o mais que destrói a biodiversidade, envenena a terra, as águas e todos os seres vivos” (Marcha das Margaridas, 2023a, p. 10). Como explicam na Cartilha em comento:

Quando as Margaridas apontam o Bem Viver como o sentido do Brasil que elas querem reconstruir, elas estão reafirmando a possibilidade de: estabelecer uma relação de não-exploração com a natureza; usufruir do direito de viver em suas terras e territórios; mudar os moldes de produção e consumo, e propor novas formas de produção de alimentos, de modo a fortalecer a soberania e segurança alimentar e nutricional; participar plenamente na política e nos espaços de decisões; limitar a concentração de riqueza, levando a uma convivência sem desigualdades, sem pobreza, sem fome, sem racismo e sem violência, em que as mulheres do campo, da floresta e das águas tenham autonomia sobre seus corpos-territórios; e, por fim, cultivar relações em que o cuidado e os afetos sejam resguardados por todas e todos (Marcha das Margaridas, 2023a, p. 10).

Conforme documento da Pauta divulgado para Marcha de 2023, as Margaridas se alinham aos princípios de um “feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal”, construído a partir da reflexão crítica sobre o que vivenciam como mulheres do campo, da floresta e das águas e que reconhece e valoriza o saber por elas acumulado ao longo de gerações: “um feminismo que valoriza a vida, vinculado à defesa da agroecologia, dos territórios, dos bens comuns e da soberania e autodeterminação dos povos” (Marcha das Margaridas, 2023e, p. 4-5).

Intrinsicamente atrelada à pauta feminista – dada a necessidade de mudar estruturalmente o mundo para mudar a vida das mulheres – estão as pautas por um “Brasil sem fome e sem violência”, onde os povos tenham soberania sobre suas terras e territórios e onde sejam promovidos a produção e o consumo de alimentos saudáveis, pelo uso e manejo sustentável dos agroecossistemas, e o “reconhecimento do trabalho e da contribuição econômica das mulheres para a sustentabilidade da vida”. Para tanto, as mulheres estão na luta, na resistência e em constante diálogo “desde os seus territórios e comunidades até chegar às ruas da capital do País”, o que envolve intensos processos formativos, a promoção de debates, a realização de ações políticas e de mobilização enraizadas em

se o termo utilizado há anos por movimentos sociais brasileiros (como referência geral a “uma oportunidade para imaginar outros mundos”) (Acosta, 2016, p. 10-11).

cada local e território” (Marcha das Margaridas, 2023e, p. 5).

A pauta se referencia na Plataforma Política do movimento, composta por 13 eixos complementares e dialógicos entre si, quais sejam:

(i) e (ii) democracia participativa e soberania popular/poder e participação política das mulheres; (iii) vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo; (iv) autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade;(v) proteção da natureza com justiça ambiental e climática; (vi) autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética;(vii) democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maretórios; (viii) direito de acesso e uso da biodiversidade, defesa dos bens comuns; (ix) vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional; (x) autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda; (xi) saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária; (xii) educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo; (xiii) universalização do acesso à internet e inclusão digital (Marcha das Margaridas, 2023e).

Nessa seara, é possível verificar que “a marcha se caracteriza historicamente como movimento aglutinador de outros coletivos e movimentos de luta das mulheres no campo por melhores condições de acesso à terra e por políticas sociais”, em que a pauta feminista adquire relevância no que tange às políticas agrárias, considerando, para além dos elementos já destacados, que as mulheres são mais afetadas pelas jornadas adicionais de trabalho, tanto no lar, quanto fora de casa, e pela violência doméstica, entre outras violências (Fuini; Gonçalves, 2023, p. 311).

Ademais, a agroecologia defendida pelas Margaridas “se alinha à perspectiva ecofeminista à medida que, no cotidiano das mulheres, suas práticas de produção e de consumo de alimentos agroecológicos lhes permitem olhares ressignificados para e com a natureza e com os outros seres” – olhares que “incidem em novas posturas de enfrentamento e de resistência ao sistema global” pautado, por outro lado, “por relações mercantilizadas, pelo alimento mercadoria e por relações patriarcais de poder” (Silva; Giordani; Bezerra, 2021, p. 119).

As Margaridas reforçam que “Sem feminismo não há agroecologia”, pois não haverá comida de verdade e agroecológica em um mundo repleto de violência contra as mulheres. Do mesmo modo, as violências estão estruturadas no racismo contra mulheres negras e indígenas, que denunciam que “Se tem racismo não tem agroecologia”. Dessa maneira, a agroecologia assume um posicionamento político de luta contra desigualdades sociais históricas no Brasil. A produção das mulheres, por sua vez, é diversificada e orientada pelas preocupações com a saúde, o meio ambiente e com a segurança alimentar e nutricional (Marcha das Margaridas, 2023c, p. 6; 8).

Nesse sentido, as mulheres trabalhadoras rurais são tidas como as “guardiãs de conhecimentos ancestrais sobre alimentação e saúde” (Marcha das Margaridas, 2023d, p. 2), sendo,

em muitas culturas, as responsáveis pela alimentação familiar e por um importante papel na preservação da biodiversidade e da soberania e segurança alimentares. No entanto, “vivem as piores condições de acesso à terra, à água, ao crédito, à assistência técnica e outros recursos necessários para o fortalecimento da estrutura de produção aos quais estão envolvidas” (Marcha das Margaridas, 2023d, p. 2).

No que se refere às desigualdades relacionadas ao trabalho, as Margaridas denunciam a divisão sexual do trabalho, que faz com que as atividades das mulheres sejam vistas apenas como parte do seu papel de mãe – “vinculadas ao trabalho doméstico e de cuidados, que inclui a produção no quintal, da horta, do pomar e de pequenos animais” (Marcha das Margaridas, 2023d, p. 4) -e consideradas apenas uma “ajuda”, portanto, um trabalho não reconhecido e invisibilizado. Por isso, aquilo que é produzido nos quintais para autoconsumo, mesmo quando comercializado e gera alguma renda, é considerado extensão do trabalho doméstico e, por conseguinte, não produtivo, nem valorizado (Marcha das Margaridas, 2023d, p. 4-5).

Ademais, no caso do assalariamento rural, ainda “existe resistência quanto à contratação de mulheres em algumas cadeias produtivas”, como no setor de cana-de-açúcar, e “quando contratadas, quase sempre, estão sujeitas a salários menores e a se ajustar a quaisquer serviços que se fizerem necessários” (Marcha das Margaridas, 2023d, p. 5). As Margaridas denunciam como a “mecanização das lavouras, a expansão das fronteiras agrícolas e as legislações de flexibilização” das leis trabalhistas “têm sido as principais causas da perda de postos de trabalho, contribuindo sobremaneira para o desemprego e a informalidade, principalmente, entre as mulheres”. Diante desse cenário de desigualdades, pautam a garantia de trabalho e de renda, com autonomia econômica (Marcha das Margaridas, 2023d, p. 5).

Além disso, denunciam que o dano sofrido pelas populações frente aos impactos ambientais é desigual: são as populações mais empobrecidas, as mulheres, as populações negras, e as populações do campo, da floresta e das águas as mais vulneráveis. Embora sejam as populações menos causam impacto ambiental e que menos consomem os recursos naturais do planeta, é sobre elas que recaem os impactos negativos da ação humana sobre o ambiente. Logo, denunciam como as externalidades negativas da degradação ambiental têm um componente racial e profundamente desigual, o denominado racismo ambiental (Marcha das Margaridas, 2023b, p. 5). Nesse cenário,

O não acesso ou acesso desigual das mulheres à terra, água e energia é ainda mais impactado com as mudanças climáticas, por que são elas, frequentemente responsáveis pela produção de alimentos desde os seus quintais, pela comida, água e combustível. Sendo assim, a escassez desses recursos em função das mudanças climáticas produz um impacto no seu cotidiano. Por exemplo, durante as secas no semiárido nordestino são as mulheres que andam quilômetros apenas para captar

água para beber e cozinhar. Além disso, os efeitos da seca ou períodos de estiagem prolongados [...] provoca a migração dos homens para as cidades em busca de trabalho. São as mulheres que permanecem e com cargas maiores de responsabilidade (Marcha das Margaridas, 2023b, p. 9).

No “Caderno 6 – Proteção da Natureza, com justiça ambiental e climática” as Margaridas denunciam como a divisão usual entre, de um lado, seres humanos e, do outro, o restante dos elementos que compõem a natureza (meio ambiente ou simplesmente ambiente), contribui para a compreensão da natureza como um recurso a ser explorado visando ao crescimento econômico e “para o fortalecimento da lógica hegemônica capitalista neoliberal, que se sustenta na exploração do homem pelo homem e exploração da natureza como fonte ilimitada de recursos” (Marcha das Margaridas, 2023e, p. 3).

Nessa lógica, denunciam a: (i) mundialização do capital (globalização), pela qual poucas empresas transnacionais controlam o mercado de boa parte dos bens e serviços de consumo diário, determinando sua produção e distribuição e impedindo formas de produção mais sustentáveis; (ii e iii) financeirização e mercantilização da natureza, que transforma os bens naturais (água, minério, solo, ar, etc.) em produtos financeiros e mercadorias, com proprietários e valor monetário; (iv) despossessão dos territórios, que expulsa camponesas(es), indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais das terras onde vivem e destrói seus modos de vida- o que inclui o comércio de pessoas escravizadas e a retirada direitos das pessoas trabalhadoras; e (v) privatização dos serviços públicos, pela qual empresas privadas lucram com bens e serviços que deveriam ser públicos, como a saúde, educação ou a distribuição de água (Marcha das Margaridas, 2023e, p. 3).

Desse modo, no movimento da Marcha das Margaridas, “ainda que nele se desconheçam os pressupostos teóricos das abordagens ecofeministas”, há inegável “preocupação com a superação de dualismos hierárquicos e de formas de dominação diversas que perpassam as relações dos humanos entre si e de humanos com outras formas de vida”. As ações políticas do movimento representam a possibilidade de uma mudança rumo à justiça de gênero e ambiental, distanciando-se do paradigma desenvolvimentista assumido pelo agronegócio como a única possibilidade de produção de alimentos (Kuhnen, 2020, p. 134).

Considerações finais

As ações e a existência das mulheres camponesas e indígenas formam parte das resistências, das mobilizações, dos levantes e das construções populares que percorreram a América Latina desde as lutas pela independência e da própria ocupação colonial. Na atualidade, “as mulheres em

condição de trabalhadoras produtivas e reprodutivas são sujeitos que, a partir do Sul, sustentam a humanidade e estabelecem vínculos distintos com o planeta”.No contexto de suas experiências na economia comunitárias, frente à destruição de seu habitat por megaprojetos de “desenvolvimento”, “reivindicam com voz coletiva outro rumo para suas sociedades”. Ademais, “rechaçam qualquer essencialismo de gênero ou cultural” e “denunciam que o dispositivo extrativista²² de desenvolvimento não apenas é economicista e funcionalizador da Natureza, como também é profundamente racista, patriarcal, classista”(Barragán *et al.*, 2016, p. 114; 119-120).

Nesse sentido, tais movimentos comunitários, entre os quais se encontra a Marcha das Margaridas, contribuem para a proposição de caminhos de reconhecimento, diálogo e construção coletiva para transformação da sociedade em seu conjunto. Nessa proposta, a articulação complexa entre as lutas pela descolonização, pela despatriarcalização, pela superação do capitalismo e pela construção de uma nova relação com a natureza ressignifica ideias como comunidade, espaço público e os próprios repertórios de ação (Barragán *et al.*, 2016, p. 114-115). Nessa construção, imbricam-se as políticas antipatriarcais, antirracistas, anticoloniais e do bem viver.

Em síntese, a Marcha das Margaridas – movimento aglutinador de outros coletivos e movimentos de luta das mulheres no campo – propõe novas bases de vida e de desenvolvimento rural, coerentes com os princípios feministas antirracistas, de solidariedade, da justa divisão do trabalho e de da auto-organização e voltadas para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente. Como evidenciado, o movimento tem fortalecido e ampliado a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais, denunciando e protestando contra todas as formas de violência, exploração e discriminação; reafirmando o protagonismo e dando visibilidade à contribuição econômica, política e social das “mulheres do campo, da floresta e das águas”;e, por fim, atualizando e qualificando a pauta de negociações, pela proposição de políticas que devidamente consideram suas especificidades por caminhos que denunciam a acumulação capitalista e propõem alternativas ao neoextrativismo.

Referências

AGUIAR, Vilênia Porto. **Somos todas margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 2015. 521 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp, Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/953156>. Acesso em: 08 nov. 2023.

²² Nessa interseção complexa, os conflitos neoextrativistas representam uma disputa concreta pela gestão de recursos, o significado do “bem viver” e a soberania (Gago, 2020, p. 117- 118).

BARRÁGAN, Margarita *et al.* Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. p. 88-120. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo: Elefante, 2016.

BELTRÁN, Elizabeth Peredo. Ecofeminismo. p. 113-144. In: SOLÓN, Pablo (Org.). **Alternativas sistêmicas**: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. Diálogos de uma feminista com a obra de Rosa Luxemburgo: contribuições às lutas sociais de mulheres rurais. **Historiæ**, Rio Grande, v. 10, n. 1, p. 39-57, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/10990>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpos e apropriação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

FUINI, Lucas Labigalini; GONÇALVES, Marluce Marcondes. Marcha das Margaridas e seu ativismo político: uma análise histórica. **Ideação**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 292–314, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/30778>. Acesso em: 08 nov. 2023.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

HERRERO, Yayo. Miradas Ecofeministas para transitar a un Mundo Justo y Sostenible. In: **Revista de Economía Crítica**, nº16, p. 278-307, segundo semestre 2013. Disponível em: <https://www.revistaeconomiacritica.org/index.php/rec/article/view/334>. Acesso em: 06 nov. 2023.

HERRERO, Yayo. Prólogo a la Edición Española: Ecofeminismo, más necesario que nunca. p. 7-10. In: MIES, Mies; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**: teoría, crítica y perspectivas. Barcelona: Icaria Editorial, 2014.

KUHNEN, Tânia Aparecida. Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 01, p. 124–147, 2020. DOI: 10.53282/sulsul.v1i01.661. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/661>. Acesso em: 8 nov. 2023.

LOUREIRO, Isabel. As feministas descobrem Rosa Luxemburgo: O caldo de cultura em que encontramos Maria Mies. In: MIES, Maria. **Patriarcado e acumulação em escala mundial** [livro eletrônico]: mulheres na divisão internacional do trabalho. 1. ed. São Paulo: Ema Livros: Editora Timo, 2022.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, jan./abr. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19492>. Acesso em: 06 nov. 2023.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Caderno 1 - Apresentação e Lema Marcha das Margaridas 2023.** 29 jul. 2023a. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=NzM=>. Acesso em: 08 nov. 2023.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Caderno 6 - Proteção da Natureza, com Justiça Ambiental e Climática.** 29 jul., 2023b. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=Nzg=>. Acesso em: 08 nov. 2023.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Caderno 10 - Vida Saudável com Agroecologia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.** 27 jul., 2023c. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTE=>. Acesso em: 08 nov. 2023.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Caderno 11 - Autonomia Econômica, Inclusão Produtiva, Trabalho e Renda.** 27 jul., 2023d. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTEy=>. Acesso em: 08 nov. 2023.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Pauta Marcha das Margaridas 2023.** 27 jul., 2023e. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTEw=>. Acesso em: 08 nov. 2023.

MIES, Maria. Feminist Research: Science, Violence and Responsibility. p. 36-54. In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminism.** London & New York: Zed Books, 2014[1993].

MIES, Maria. **Patriarcado e acumulação em escala mundial** [livro eletrônico]: mulheres na divisão internacional do trabalho. 1. ed. São Paulo: Ema Livros: Editora Timo, 2022.

OUVIÑA, Hernan. **Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política:** uma leitura latino-americana. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. Rosa Luxemburgo e a expansão imanente do capitalismo. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 21, n. 3, p. 812-829, dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/99827>. Acesso em: 06 nov. 2023.

SEFERIAN, Gustavo; BRASILEIRO, Carol Matias. Meio ambiente, cuidado e direito: intersecções teóricas e práticas desde a dialética da diferença. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 3. P. 293-311, 2020. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/6862>. Acesso em: 06 nov. 2023.

SHIVA, Vandana. New Reproductive Technologies: Sexist and Racist Implications. p. 174-197. In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminism.** London & New York: Zed Books, 2014[1993]a.

SHIVA, Vandana. Reductionism and Regeneration: A Crisis in Science. p. 22-35. In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminism.** London & New York: Zed Books, 2014[1993]b.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas

ambientais. **Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.**, Porto Alegre, v.1, n1, p. 61-71, jan./mar. 2000. Disponível em: <https://www.emater.tche.br/site/multimedia/revista-agroecologica.php>. Acesso em: 06 nov. 2023.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres Agricultoras e a Construção dos Movimentos Agroecológicos no Brasil. In:NEVES, Delma Pessanha, MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.).**Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Adriella Camila Gabriela Fedyna da Silveira Furtado da; GIORDANI, Rubia Carla Formighieri; BEZERRA, Islandia. Elos entre ecofeminismo, agroecologia e soberania alimentar. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 17, n. 33, p. 113–132, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/2926>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SILVA, Berenice Gomes da. **A marcha das margaridas: lutas sociais e resistências das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil no século XXI**. 2021. 207 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em: <https://tedeabc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/3746>. Acesso em: 07 nov. 2023.

SILVA, Berenice Gomes da. **A marcha das margaridas: resistências e permanências**. 2008. 172 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/949>. Acesso em: 07 nov. 2023.

SILVA, Berenice Gomes da. Movimentos Sociais do Campo e o Protagonismo das Mulheres Rurais. In: VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2017, São Luís – MA. **Anais da JOIPP**. 1917-2017: Um século de Reforma e Revolução. Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências Humanas, 2017. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/anais-joinpp-2017.html>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SILVA, Ilse Gomes; SILVA, Berenice Gomes da. Margaridas em marcha por terra, água e agroecologia. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 22, n. 41, p. 306–317, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46685>. Acesso em: 11 nov. 2023.

TEIXEIRA, Marco Antonio *et al.* **Marcha das Margaridas 2019: alimentação, mobilização social e feminismos**. Food for Justice Working Paper Series, no. 2. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. 2021. Disponível em:<https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=NDY>. Acesso em: 08 nov. 2023.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Movimentos Sociais Populares em Tempos de Ascensão das Novas Direitas: a Marcha das Margaridas. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. 1-17, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/42777>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25468>. Acesso em: 07 nov. 2023.

Nathália Gomes Navarra

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG.
Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital (GPTC).

Email: nathalianavarra@gmail.com

